



TRANSFERÊNCIA DE RENDA E RELAÇÕES DE GÊNERO: uma abordagem das perspectivas e desafios do empoderamento feminino no CRAS Santa Rita de Imperatriz – MA

INCOME TRANSFER AND GENDER RELATIONS: an approach to the perspectives and challenges of female empowerment in CRAS Santa Rita de Imperatriz – MA

Crisleide do Socorro Nascimento Souza

Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA)

Sandra de Sousa Magalhães

Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA)

Jailson de Macedo Sousa

Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA)

RESUMO

Este estudo aborda a temática dos Programas de Transferência de Renda na perspectiva do enfrentamento e superação das expressões da Questão Social. Nosso enfoque será o Programa Bolsa Família que é de grande importância no contexto das políticas de assistência social, além de garantir direitos, preconiza o resgate da cidadania e emancipação individual. Nossa questão norteadora indaga se o PBF tem trazido contribuições para o empoderamento feminino, frente às colocações empíricas das beneficiárias ao se reconhecerem com maior autonomia quando passam a receber os valores monetários dessa política. Pautamos este estudo na abordagem qualitativa, pois entendemos que as subjetividades dos envolvidos são o foco principal, uma vez que apenas dados quantitativos não expressariam as percepções, sentimentos e emoções dos sujeitos. Espera-se que este estudo possibilite reflexões e auxilie no desenvolvimento de ações frente aos avanços e fragilidades do PBF, em especial, na realidade do CRAS Santa Rita de Imperatriz – MA.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família. Gênero. Empoderamento.

ABSTRACT

This study deals with the theme of Income Transfer Programs in the perspective of confronting and overcoming the expressions of the Social Question. Our focus is the Family Grant Program that is of great importance in the context of social assistance policies, besides guaranteeing rights, advocates the rescue of citizenship and individual emancipation. Our question is the American questioning of the PBF with contributions to female empowerment, against the empirical positions of the beneficiaries when they recognize themselves with greater autonomy when they receive the monetary values of this policy. We underline this study in the qualitative approach, since we understand that as subjectivities of those involved are the main focus, since only non-expressive quantitative data such as perceptions, feelings and emotions of subjects. It is hoped that this study allows reflections and assistance without development of actions against the



advances and fragilities of the PBF, especially in the reality of CRAS Santa Rita de Imperatriz – MA.

KEYWORDS: Bolsa Família Program. Gender. Empowerment.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática dos Programas de Transferência de Renda - PTR, que no Brasil, são entendidos como estratégias elaboradas pelo governo federal com objetivo de combater a fome e a pobreza, visando a inclusão social dos beneficiários. Nosso enfoque se volta ao Programa Bolsa Família – PBF, que é de grande importância no contexto das políticas de assistência social, pois além da garantia de direitos, preconiza pelo resgate da cidadania e pela emancipação individual e social.

A motivação em estudar esta temática se deu em razão das indagações que surgiram a partir das vivências cotidianas com os beneficiários do PBF, ou seja, do contato direto com familiares, vizinhos e amigos enquanto usuários desse programa. O objetivo central se pautou na possibilidade de identificar se de fato há relações entre as contribuições do PBF e o empoderamento feminino, frente à realidade das beneficiárias ao se reconhecerem com maior autonomia quando são inseridas nesta política de transferência de renda. Assim, buscamos:

- Compreender os antecedentes históricos, a funcionalidade do PBF; Entender se há relação entre os benefícios dessa política e o empoderamento feminino das famílias atendidas no CRAS Santa Rita de Imperatriz; E sugerir ações – tais como capacitação e treinamento para a equipe do CRAS, ampliação da oferta de curso de geração de renda aos beneficiários, entre outras – a fim de contribuir para um melhor atendimento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Do ponto de vista metodológico, este estudo apoiou-se na corrente teórica marxista baseada no enfoque dialético. Entendemos que a sociedade deve ser estudada como uma construção contínua que envolvem processos históricos, políticos, econômicos e culturais. Concordamos com Gil (2007, p. 32), ao ressaltar que por meio da dialética é possível “uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”.

Pautamos este estudo na abordagem qualitativa. Para Minayo (2014, p. 57) este método “se aplica ao estudo da história, das relações, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam”. Esse



aspecto social e suas contradições são o objetivo deste estudo, por isso a escolha da abordagem qualitativa, uma vez que a realidade social é dinâmica e rica em significados, resultantes das relações entre os indivíduos, de suas vivências, do seu cotidiano.

Nesta investigação utilizamos ainda a pesquisa de natureza bibliográfica, elaborada a partir de materiais que tratam da mesma temática, constituída de livros e artigos científicos. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 166) sua finalidade “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. [...]. Que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Adotamos a entrevista como a técnica para a pesquisa de campo. Segundo Gil (2008, p. 109), esta é definida como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. A pesquisa de campo foi realizada nos meses outubro e novembro de 2017. Cujas finalidades fundamentou-se em relacionar os dados teóricos com a realidade vivenciada pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

2 ASPECTOS DA TRAJETÓRIA SOCIOHISTÓRICA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Em 1991 os Programas de Transferência de Renda passaram a compor a agenda pública brasileira, constituindo em importantes instrumentos da política social ao serem apresentados no âmbito do sistema de proteção social. Foi a partir de então que o senador Eduardo Suplicy, apresentou no Senado Federal o Projeto de Lei nº 80/1991, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM. Esse programa, segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2008, p. 17), era “destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que auferissem uma renda que correspondesse a cerca de três salários mínimos”.

Até 2003, a “Rede de Proteção Social”, de acordo com Silva *et al* (2008, p. 32-33), no âmbito do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi constituída pelos “programas do Ministério de Assistência Social, sendo eles: Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano Social”. Esses programas possuíam finalidades e características semelhantes, ou seja, voltados para a melhoria da qualidade de vida e promoção da cidadania.



Assim, com esse conjunto desarticulado de programas, mas que apresentavam objetivos comuns e características semelhantes, após estudos, surgiu a necessidade de unificação.

Conforme Silva *et al* (2008, p. 33) o resultado da unificação dos programas foi “a criação do Bolsa Família, idealizado em 2003, e institucionalizado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004”. Nessa mesma direção Sousa *et al* (2012, p. 86) argumentam que “no período de transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva, constatou-se a necessidade de unificação de alguns PTR, uma vez que a diversidade resultava nos altos custos operacionais”.

Portanto, a descentralização dos Programas de Transferência de Renda, considerando a variedade de programas, ocasionavam altos custos operacionais incidindo diretamente na eficiência das ações. Assim, surgiu a necessidade de unificação dos programas uma vez que possuíam objetivos e características semelhantes, resultando no Programa Bolsa Família, que será abordado no tópico a seguir, apresentando o surgimento, características, finalidades e condicionalidades desta política de transferência de renda.

2.1 Unificação dos Programas de transferência de renda: origem e objetivos do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi idealizado no ano de 2003, com a necessidade de integrar os vários PTR que possuíam características semelhantes, com a finalidade de reduzir custos e torná-lo mais eficiente em sua execução. De acordo com Sousa *et al* (2012, p. 87) os programas que foram unificados são: “o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação”.

O PBF, de acordo com Brasil (2015, p. 1), apresenta três eixos principais. Sendo eles: “Complemento da renda: garante o alívio imediato da pobreza; Acesso a direitos: oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza; Articulação com outras ações: integrar várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias”.

A inclusão das famílias no PBF é realizada mediante o registro no Cadastro Único, regulamentado através do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Esse cadastro, conforme Brasil (2015, p. 1) “é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população”. Ao se cadastrarem, as famílias informam a identificação de cada pessoa que compõem o ambiente familiar, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outros aspectos.



O governo federal reajusta o valor do benefício recebido pelas famílias beneficiárias de acordo com o valor do salário mínimo vigente a cada ano. Portanto, em 2017, segundo Brasil (2017, p. 2), as famílias que atendem aos pré-requisitos do PBF, são as que “têm renda *per capita* inferior a R\$ 85,00 por mês e as famílias pobres, que têm a renda *per capita* entre R\$ 85,01 a R\$ 170,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes (mãe que amamenta), crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos”.

O PBF apresenta algumas condicionalidades que devem ser cumpridas para que as famílias recebam o benefício. Trata-se de uma contrapartida que os beneficiários devem cumprir quando inseridos no programa. Tais responsabilidades são nas áreas da educação e saúde. De acordo com Brasil (2017), as condicionalidades são:

Na área da educação: Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; Garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo [...]. **Na área da saúde:** Para gestantes e nutrízes: Inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima da residência; [...] Levar a criança às unidades de saúde, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento. (BRASIL, 2017, p.1).

Essas condicionalidades instituídas pelo PBF têm o objetivo de garantir o acesso aos direitos sociais básicos para as famílias beneficiárias. Para que as famílias não percam o benefício é de extrema importância que cumpram com tais condicionalidades. Caso haja descumprimento, o benefício poderá ser cancelado.

Assim, apresentados os elementos essenciais da trajetória sóciohistórica dos Programas de Transferência de Renda no Brasil e o surgimento do Programa Bolsa Família, com as finalidades e características desta política. Trataremos a seguir sobre o PBF que será abordado sob a ótica das relações de gênero e a titularidade com enfoque no empoderamento feminino.

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EMPODERAMENTO FEMININO: o que os dados revelam?

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2017. Cujas finalidades central se voltou à compreensão (beneficiários/profissionais). Participaram das entrevistas 20 (vinte) beneficiários do PBF e 4 (quatro) profissionais que atuam no CRAS Santa Rita de Imperatriz – MA.



Os resultados das indagações direcionadas aos beneficiários estão estruturados em três blocos. A primeira parte trata da caracterização socioeconômica das famílias. A segunda aponta as motivações de inserção no PBF. Finalizamos com o objetivo principal deste estudo, que versa sobre o empoderamento e autonomia feminina no âmbito do PBF.

Assim, dos resultados quanto à média de idade e sexo dos beneficiários, os dados revelaram que para as mulheres a média é de 34 anos e para os homens é 44 anos. Com relação ao sexo, 95% são do sexo feminino. Ressaltamos que do total de entrevistados, apenas um afirmou ser do sexo masculino. Brito e Costa (2015, p. 5) argumentam que o PBF definiu “a mulher como titular preferencial porque nos lares das famílias carentes é esse o ideal predominante e esperado, contando com grande aprovação da população nas pesquisas realizadas abordando essa preferência na titularidade”. Portanto, os resultados apontados pela pesquisa de campo são coerentes com estudos já realizados, confirmando o sexo feminino como maioria na titularidade.

Quanto à renda familiar, 40% dos beneficiários afirmaram possuir renda de menos de um salário mínimo e 60% informaram possuir renda de três salários mínimos. Assim, os resultados das entrevistas comprovaram que os beneficiários do CRAS Santa Rita estão inseridos na categoria de famílias de baixa renda. Conforme Brasil (2015, p. 1), “são famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos”.

Esta segunda parte das entrevistas trata das indagações referentes às motivações e modo de inserção no programa bolsa família. Os questionamentos direcionados aos beneficiários buscaram entender:

- Há quanto tempo você participa do Programa Bolsa Família?
- Quais os benefícios que o PBF têm trazido para sua família? Você identificaria algum (ns) ponto (s) negativo (s)? Justifique.
- Você e sua família participam das atividades propostas pelo PBF, como reuniões, palestras e cursos desenvolvidos no CRAS Santa Rita de Imperatriz? Comente.

Quanto ao tempo de participação do PBF os dados revelaram que 65% dos respondentes são beneficiários há mais de 3 anos. 30% responderam de 1 a 3 anos e apenas 5% com menos de 1 ano. Provavelmente isso se dá pelo motivo de as famílias não conseguirem emancipação financeira, permanecendo, assim na condição de beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em continuidade às indagações, os beneficiários responderam:



É bom para comprar as coisas que precisa para casa e pros meninos. Não tem nem um ponto negativo. (Beneficiário nº 4. Entrevista realizada em outubro de 2017). É bom pra aumentar a renda. O valor é pouco mais serve, poderia aumentar (Beneficiário nº 19. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Não. Ainda não me interessei e a equipe nunca me informou nada. (Beneficiário nº 4. Entrevista realizada em outubro de 2017). Não. Por que não tive interesse pelos cursos que tinha (culinária, artesanato). (Beneficiário nº 19. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Questionados sobre os benefícios que o PBF tem trazido para a família, as respostas foram variadas, sendo, compra de medicamentos, materiais escolares, comprar coisas para os filhos, ajuda na despesa da casa, entre outros. A este respeito, Piedade e Moreira (2014, p 13), mencionam que “pesquisas realizadas pelo Governo Federal entre os beneficiários indicaram que o dinheiro recebido é gasto, pela ordem, em comida, material escolar, roupas e sapatos”. Confirmando, assim, os resultados da pesquisa de campo.

Em se tratando dos aspectos negativos, os resultados apontaram o valor recebido, pois, de acordo com os beneficiários, o valor do benefício é pouco. Porém, houveram contradições neste quesito, pois observamos hesitação ao responderem. A expressão corporal de alguns denotou certo receio. Acreditamos que seja o medo de “perder” o benefício, pois como já demonstrado no tempo de permanência, a maioria participa do programa há mais de três anos.

No tocante à participação nas atividades desenvolvidas no CRAS, nosso objetivo era conhecer se os beneficiários e suas famílias participam das atividades propostas tais como reuniões, palestras e cursos de geração de renda. Os resultados demonstraram que 95% dos beneficiários não participam das atividades. As justificativas foram diversas, entre as quais destacamos: a falta de interesse, a distância do CRAS de suas residências, a falta de informação por parte da equipe multiprofissional e os cursos para geração de renda ofertados no CRAS não são os que os beneficiários desejam.

Esta terceira parte das entrevistas aborda os quesitos relativos ao empoderamento e autonomia feminina. As indagações foram:

- A titularidade do cartão é em nome de quem? Você acha isso bom ou ruim? Por quê?
- Ser beneficiário (a) PBF lhe permite maior autonomia? Por quê?
- O que você entende por emancipação social? Você acredita que é possível por meio do PBF?

No meu nome. Bom. Por que mim da autonomia pra comprar o que precisar pra minha família. (Beneficiário nº 4. Entrevista realizada em outubro de 2017). Está no meu nome. Eu consigo administrar melhor (Beneficiário nº 19. Entrevista realizada em novembro de 2017).



Sim. Por que posso comprar sem depender de outra pessoa. (Beneficiário nº 4. Entrevista realizada em outubro de 2017). Sim. Por que quando eu recebo eu gasto da forma que precisa ser gasto (Beneficiário nº 19. Entrevista realizada em novembro de 2017).

É mudança de vida pra melhor. Sim. (Beneficiário nº 4. Entrevista realizada em outubro de 2017). Eu entendo que é pra mudar a vida pra melhor (Beneficiário nº 19. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Os resultados referentes à titularidade do cartão demonstraram que 90% está no nome dos próprios beneficiários. As respostas foram unânimes, afirmaram que é bom que o cartão esteja em seus nomes. Brito e Costa (2015, p. 5), citam que “87,5% dos titulares do programa acham que a titularidade deve ficar no nome da mulher; 64% afirmaram que elas conhecem melhor as necessidades da família”.

Ao apresentarmos nosso questionamento se eles, na condição de beneficiários, sentem que o PBF lhes permite maior autonomia, responderam que sim. Pois, ao receberem o dinheiro podem gastar da forma que acreditam ser a melhor possível, além de não dependerem de outra pessoa para isso. Brasil (2015, p. 11) aponta que um “fundamento importante do PBF diz respeito à autonomia que os beneficiários têm para utilizar os recursos financeiros: é deles a decisão de como utilizar os recursos recebidos, conforme suas necessidades”.

Os dados demonstraram que a maioria dos entrevistados compreende o que é emancipação. Há o entendimento de independência, mudança de vida para melhor, poder de compra e negociação. Ruy (2016, p. 2) argumenta que a palavra “empoderamento conceitua o ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta”.

Concluídas as análises das entrevistas direcionadas aos beneficiários, apresentamos os resultados da pesquisa realizada com a equipe multiprofissional do CRAS Santa Rita. A estruturação dos resultados está dividida em dois blocos. A primeira parte trata da caracterização do trabalho técnico social e a segunda versa sobre os avanços e obstáculos do PBF no âmbito do CRAS Santa Rita de Imperatriz-MA.

Trataremos os respondentes da seguinte forma: Assistente Social (Entrevistado 1); Psicóloga (Entrevistado 2); Pedagoga (Entrevistado 3) e Instrutor de Informática (Entrevistado 4).

Objetivando conhecer os programas sociais desenvolvidos, indagamos quais estão sendo ofertados, as suas finalidades e as ações relacionadas a esses programas. A saber:



O PAIF (Programa de atendimento Individual à Família) através das rodas de conversas e oficinas com as gestantes, mulheres e idosos. Além destas oficinas, temos o Programa Bolsa Família e cursos de geração de renda, como manicure, cabeleireiro, informática, depilação, corte costura. Aqui no CRAS também orientamos e agendamos à respeito do benefícios como o BPC. (Profissional 1. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Os entrevistados demonstraram sintonia em suas respostas, destacando o Programa Atendimento Individual à Família – PAIF. Conforme Brasil (2013, p. 1), o PAIF “prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo”.

Com relação ao perfil dos beneficiários e os pré-requisitos estabelecidos para o ingresso no PBF, as respostas seguiram a mesma linha de raciocínio entre os profissionais. Sendo, “*famílias que estão em situação de extrema pobreza ou que a renda per capita familiar atinja o percentual estipulado para ingresso no PBF*”. (Profissional 3. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Os resultados corroboram com o objetivo central do PBF. O Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, conforme Brasil (2016, p. 1), estabelece em seu Art. 18 que “o Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza”. Com isto, confirma-se, assim o perfil e pré-requisitos dos beneficiários atendidos no CRAS Santa Rita.

Neste segundo bloco trataremos dos avanços e obstáculos do PBF no âmbito do CRAS Santa Rita, de Imperatriz-MA. Inicialmente, questionamos sobre as condições e a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do PBF, os profissionais apontaram:

Boa, pois hoje elas já são atendidas com mais agilidade por ter mais profissionais para atender. (Profissional 1. Entrevista realizada em novembro de 2017). Neste CRAS poderia ser melhor o atendimento. Deixam muito a desejar. Os funcionários não tratam bem as pessoas. Também a internet é péssima e o sistema está sempre fora do ar (Profissional 2. Entrevista realizada em novembro de 2017).

De acordo com os profissionais entrevistados as condições são boas, contudo é necessário que haja melhorias. Fazemos um destaque para a contradição entre as respostas da Profissional 1 e Profissional 2. A primeira mencionou melhorias no atendimento afirmando que “*hoje elas já são atendidas com mais agilidade por ter mais profissionais para atender*”. Já a segunda, teceu críticas quanto ao atendimento no CRAS, mencionando que “*os funcionários não tratam bem as pessoas*”. Estes resultados podem representar que o atendimento não está sendo prestado da melhor forma, podendo prejudicar os usuários.

Em continuidade, questionamos sobre as atividades desenvolvidas no CRAS tendo como o público especificamente as mulheres. Buscamos entender se o desenvolvimento destas ações visava à autonomia e emancipação social delas.



Sim, os cursos profissionalizantes é justamente para o público feminino, para que elas possam se emancipar. Além dos cursos temos o grupo de mulheres, que são rodas de conversas que servem como terapia. (Profissional 1. Entrevista realizada em novembro de 2017). Sim, grupos e rodas de conversa. As atividades desenvolvidas em prol para as mulheres, desde acompanhamento e qualificação profissional em diversos cursos (Profissional 4. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Afirmaram que há atividades específicas para as mulheres citando os cursos de geração de renda, tais como, corte e costura, depilação, panificação etc. Que o objetivo central desses cursos e das oficinas é voltado para emancipação das mulheres. Os projetos e palestras são voltados para o atendimento psíquico, emocional e comportamental das mulheres.

Indagamos ainda sobre a titularidade do PBF na tentativa de entender se de fato é importante que as mulheres estejam à frente, ou seja, sejam responsáveis pela titularidade dos benefícios. Apenas uma resposta foi contrária às demais:

Depende muito de quem na família é mais responsável. Porque há mulheres que recebem o dinheiro e não faz uso para com seus filhos, gasta aleatoriamente. (Profissional 2. Entrevista realizada em novembro de 2017). Sim, pelo fato de ser uma representante presente e por demonstrar maior responsabilidade em liderar e gerir a família (Profissional 4. Entrevista realizada em novembro de 2017).

Dos resultados, três profissionais concordam que as mulheres são as mais indicadas para a titularidade do benefício, considerando que elas fazem melhor gestão dos recursos e se preocupam com os cuidados da família. Contudo, a Profissional 2 pondera que nem todas as mulheres têm a mesma preocupação e cuidados com os filhos, negligenciando os cuidados.

Assim, após as análises, são perceptíveis alguns aspectos convergentes entre os respondentes quando comparados os resultados dos beneficiários com a equipe multiprofissional do CRAS. No entanto, há divergências claras, principalmente quando relacionadas às atividades ofertadas aos beneficiários, que de acordo com os resultados das entrevistas, a maioria não participa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática que versa sobre os Programas de Transferência de Renda tem sido estudada por vários pesquisadores. No entanto, mesmo havendo um suporte teórico vasto e diferenciado, novos estudos são necessários, tendo em vista que a sociedade se constrói e reconstrói permeada pela dinâmica entre as relações sociais.



O aparato teórico e metodológico serviu de referência na elaboração deste estudo e os resultados da pesquisa de campo nos deram respostas quanto aos objetivos norteadores, evidenciando os avanços e obstáculos do PBF, principalmente para as mulheres.

Diante do exposto e das análises dos resultados, sugerimos que: A equipe multiprofissional tenha capacitação constante para lidar com as demandas do cotidiano profissional. Isso contribuirá para um atendimento mais humanizado, considerando a fragilidade das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social. Aos beneficiários: Que participem ativamente das atividades oferecidas no CRAS e mantenham relação mais direta com a equipe multiprofissional, expondo suas opiniões para que possam contribuir na elaboração de soluções e melhorias na prestação dos serviços.

Há um entendimento de que o PBF tem contribuído para melhoria das condições de vida das famílias atendidas. No entanto, o ideal é que essas famílias consigam se emancipar socialmente. Assim, deixem de ser beneficiárias e consigam traçar projetos de vida sem estarem condicionados às políticas de transferência de renda.

Esperamos que este estudo possibilite reflexões e auxilie para o desenvolvimento de ações, visando os avanços e fragilidades do Programa Bolsa Família, especialmente na realidade do CRAS Santa Rita em Imperatriz – MA. E que sirva de base para estudos acadêmicos e da própria sociedade, que tanto carece de informações, principalmente, no aspecto da garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadastro Único conhecer para incluir: a porta de entrada para você receber os benefícios dos programas sociais do Governo Federal.** Ano 2015. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/2015/03/Cadastro-%C3%9Anico.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: condicionalidades do Bolsa Família.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/bolsafamilia/condicionalidades/beneficiario/condicionalidadesdobolsafamilia>>. Acesso em: 20 de set. de 2017.

_____. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.



_____. **Decreto nº 8.794, de 29 de Junho de 2016.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm>. Acesso em:
10 de nov. de 2017.

BRITO, Jussara Gomes de; COSTA, Elenice Rosa. TITULARIDADE FEMININA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: questões de gênero e segurança alimentar. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura.** Ano 2015. Disponível em:<<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/185>>. Acesso em: 17 de mai. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 5ª ed. – 8ª reimp. – São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** – 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010. 297 páginas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 14ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2014. 407 páginas.

PIEIDADE, Fernando Oliveira; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EFETIVADORA DOS DIREITOS DE CIDADANIA.** XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Disponível em:<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:k_loKnYyWYoJ:https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/11849/1680+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

RUY, MARCOS AURÉLIO. **A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez.** Ano: 2016. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/noticias/cultura-e-midia/30585-a-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez.>>. Acesso em: 15 de out. de 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.); *et al.* **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí.** – São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008. 149 páginas.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** – 4ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2008. 224 páginas.

SOUSA, Jaílson de Macedo; *et al.* Transferência de renda: elemento de inclusão social dos beneficiários do Programa Bolsa Família no bairro Vila Davi II?. **Revista UNI. Direito, Cidadania e Sociedade. Imperatriz-MA,** Ano 2, n. 2, p. 81-94. Jan/Jul, 2012.